

Capítulo 1

Estranhamentos e familiaridades no intercâmbio entre mulheres agroextrativistas do Norte e do Nordeste do Brasil

Dalva Maria da Mota, Heribert Schmitz, Josué Francisco da Silva Júnior, Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues e Amintas da Silva Junior

Introdução

O tema do artigo é o processo de estranhamento e familiaridade vivenciado por mulheres agroextrativistas no Nordeste e no Norte do Brasil, a partir da interação propiciada por intercâmbios. O quadro de análise está amparado teoricamente no debate sobre a identidade coletiva baseada no uso comum de recursos com baixo impacto socioambiental e sobre o reconhecimento, no paradoxal contexto de valorização dos povos e comunidades tradicionais, mas de reemergência de grandes projetos de desenvolvimento (hidrelétricas, mineração, etc.) que ameaçam o meio ambiente e modos de vida amparados na tradição (BIANCO, 2012).

Sob a ótica da construção do conhecimento, o objetivo do artigo é analisar, em perspectiva comparada, a percepção de mulheres agroextrativistas sobre o acesso, o processamento e a circulação de produtos da biodiversidade, particularmente a mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), em localidades

do Norte e do Nordeste do Brasil. No âmbito político, o artigo visa contribuir para o reforço de uma identidade coletiva a partir do incentivo ao estabelecimento de laços sociais essenciais na superação da fragmentação de um grupo culturalmente diferenciado, mas vulnerável socialmente, qual seja o das mulheres agroextrativistas.

Não obstante as mulheres viverem em diferentes biomas, elas são reconhecidas como culturalmente diferenciadas e pertencentes ao segmento dos povos e comunidades tradicionais na condição de agroextrativistas. Seus modos de vida se amparam na relação intensa com os recursos naturais e na simultaneidade de atividades para a garantia da sobrevivência.

Metodologia

A experiência em análise constitui uma das etapas de uma iniciativa em pesquisa e desenvolvimento que está sendo realizada no litoral de Sergipe desde 2003, e de algumas ações no Nordeste Paraense desde 2009 (ver Capítulo 2 a seguir). Nessa etapa, realizaram-se dois intercâmbios de mulheres agroextrativistas no intuito de socializar as suas experiências por meio do relato de vivências e de visitas aos lugares de coleta e de processamento dos frutos. O primeiro intercâmbio realizou-se no Município de Maracanã, PA, em 2013, quando sete pessoas de Sergipe (três catadoras de mangaba, um presidente de associação de moradores e uma assessora do movimento das catadoras) foram recepcionadas durante 3 dias por membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Maracanã e por mulheres agroextrativistas de duas localidades (Sítio Santo Expedito e Comunidade Espírito Santo). O segundo foi realizado em 2014 nos povoados Pontal, Capuã e Porteiras, localizados nos municípios sergipanos de Indiaroba, Barra dos Coqueiros e Japarutuba, respectivamente. Nesse intercâmbio, as catadoras de mangaba de Sergipe receberam por 3 dias cinco pessoas do Pará (três agroextrativistas e duas lideranças sindicais). Nos dois casos, pesquisadores, técnicos dos serviços de extensão e assessoria às mulheres participaram dos intercâmbios, assim como alunos de pós-graduação. A metodologia de trabalho fundamentou-se em pressupostos da sociologia rural e da antropologia social que permitem

a apreensão e o registro de dados qualitativos e quantitativos e no diálogo entre os participantes, a partir de temas de interesse comum. Observações das interações entre os diferentes participantes dos intercâmbios, realizadas no decorrer dos eventos culturais promovidos, e das visitas aos locais de coleta e às unidades de produção de derivados da mangaba consubstanciaram-se em registro escrito e fotográfico.

Estranhamentos e familiaridades

Entende-se por estranhamentos e familiaridades a expressão (oral, escrita, gestual, etc.) individual e coletiva de diferenças que denotam a tentativa de se fazer evidenciar e reconhecer como estranho/diferente ou próximo/familiar. Para o caso em análise, tomamos as falas e outras evidências de interação entre as mulheres agroextrativistas como parâmetro para apreender a emergência de estranhamentos e familiaridades, como analisamos a seguir.

A recepção às extrativistas: o primeiro contato

Mulheres agroextrativistas, autodesignadas catadoras de mangaba em Sergipe e agricultoras no Pará, encontraram-se em dois momentos, iniciando-se por um acolhimento, quando foram apresentadas umas às outras. A recepção no Pará deu-se por meio de uma solenidade, com a presença de autoridades municipais, que foi finalizada com a apresentação de um grupo folclórico de carimbó, que contou com a participação de todos na derradeira roda de dança. Já as mulheres de Sergipe fizeram um almoço com iguarias locais. Em ambos os eventos houve a demonstração de alegria pela recepção dos convidados. A composição do conjunto de participantes em cada um dos eventos chama a atenção para as diferentes mobilizações. No Pará, as mulheres de Maracanã, sob os auspícios do sindicato, arregimentaram autoridades e serviços para atender aos visitantes. Em Sergipe, elas organizaram alimentos oriundos da pesca realizada pelos companheiros e produtos derivados da mangaba para preparar quitutes e apresentar a culinária local.

Resultados e discussão

Modos de acesso às plantas e práticas de manejo

Nas visitas às áreas de coleta, um dos estranhamentos entre as mulheres se deu em decorrência dos modos de acesso diferenciados às áreas com mangabeiras. Em Sergipe, os donos de poucas áreas privadas permitem o acesso livre, e a maioria exige negociação monetária ou não aceitam a coleta. Em Maracanã, predomina o acesso livre na zona de amortecimento da Reserva Extrativista (Resex) Marinha de Maracanã, na qual residem várias famílias. A disputa pelas plantas, ressaltada pelas sergipanas, foi motivo de grande admiração pelas paraenses, especialmente a derrubada de mangabeiras para a construção de condomínios, porque elas não tinham experiência com a especulação imobiliária. No diálogo, todas reconheceram que os modos de acesso aos recursos naturais influenciam na diversidade e nas possibilidades de manejo para a conservação. Nesse quesito, as paraenses têm mais vantagens porque dispõem de terra para transplantar mudas no inverno, especialmente as espécies mais valorizadas comercialmente, como bacurizeiro e muricizeiro, além de diversificar os cultivos para o consumo. Além disso, elas vivem no campo, possuem roçados, acompanham o desenvolvimento das plantas e usufruem da safra de cada produto.

Em Maracanã, a safra da mangaba se estende pelos meses de outubro, novembro e dezembro.

Em Sergipe, o período de safra se inicia em dezembro e perdura até junho, caracterizando duas safras, uma de verão e outra de inverno. Em decorrência desse intervalo, há distinção entre a mangaba de inverno e a de verão, conhecidas, respectivamente, como pintadinha e amarelinha. A de verão é considerada mais apresentável para o comércio pela sua cor (amarelinha) e por ser saborosa. Em Sergipe, o fato de as mulheres catadoras não terem terra, na sua maioria, e viverem em povoados limita a opção e as condiciona à realização de outros serviços fora do extrativismo e da agricultura para assegurar os recursos financeiros necessários à obtenção de boa parte do que consomem. Em sua grande maioria, elas já não produzem os próprios

alimentos, como ocorre no Pará, à exceção dos produtos extrativistas animais coletados no manguezal e dos vegetais (frutos).

As sergipanas evidenciaram a importância da mangaba para os seus modos de vida, além do valor econômico e cultural do fruto em Sergipe. As paraenses atribuíram essa mesma importância ao bacuri. Como afirmou uma extrativista: o “bacuri é a mangaba do Pará”.

Relativizações quanto à qualidade e ao uso das plantas

Tema de acalorado debate entre as mulheres foi a qualidade da mangaba. As paraenses consideram que bons frutos são os pequenos, porque não têm sementes, que são abundantes nos grandes. “Ela é boa, aquelas pequenininhas, que ela é bem docinha e num têm [sic] quase semente”. Já as sergipanas afirmam que as mangabas grandes são as mais procuradas e confirmam que onde vivem “as pequenininhas [mangaba] são mais as de queda”. O significado da expressão “de queda” foi questionado pelas paraenses, que não sabiam que se refere às mangabas que caem naturalmente. Esses frutos são mais caros em Sergipe, porque são considerados mais doces. Em contraste, são desprezados no Pará, porque são tidos como inapropriados para a venda. Sobre esses frutos, uma participante do Pará afirmou: “só pra gente comer mesmo na hora, fazer um creme”. As explicações têm relação com a preferência, com a durabilidade do fruto e com os diferentes modos de acesso aos mercados, distantes em Maracanã e bem próximos em Sergipe. Em Maracanã, a preferência recai sobre os frutos retirados “de vez” (que ainda não completaram a sua maturação), diretamente das árvores, porque permitem deslocamentos mais longos para comercializar. Em Sergipe, também ocorre a retirada de frutos “de vez”, mas a mangaba “de queda” é preferida e chega rapidamente ao mercado pelas pequenas distâncias. Como visto, coexistem diferentes sentidos quanto aos critérios de qualidade dos frutos, influenciados não apenas pelo paladar.

Particularidades existem em Sergipe, onde elas evitam remover a casca das árvores porque acreditam que isso prejudica seriamente as plantas, mas utilizam intensamente o “leite”. Em Maracanã, é comum usar as cascas para chá, enquanto o “leite” da mangabeira

não é utilizado como remédio. Ressalva-se, entretanto, o importante uso do “leite” para o processamento de borracha para exportação no decorrer das duas grandes guerras mundiais, evento não conhecido pelas mulheres de Maracanã.

Pós-coleta, processamento e circulação dos produtos

O diálogo sobre as etapas de pós-coleta e comercialização foi pontuado pela semântica, pois, em cada lugar, são utilizados vocabulários bem particulares para os processos envolvidos. A pós-coleta tem diferenças importantes nos procedimentos e nos recursos utilizados e se dá para os frutos “de vez”. Em Maracanã, a mangaba é “empalhada” (expressão equivalente a “encapotar” em Sergipe) com as folhas de guarumã [*Ischnosiphon arouma* (Aubl.) Körn.] e acondicionada em pequenos “paneiros” (tipo de cesto) confeccionados com as talas da mesma planta. No momento da compra, o “marreteiro” (chamado de “atravessador” em Sergipe) leva os referidos paneiros junto com os frutos. As mulheres de Sergipe ficaram surpresas porque elas nem conheciam os termos, nem os materiais utilizados. Elas “encapotam” a mangaba, processo que consiste em forrar um recipiente de plástico com folhas de amendoeira-da-praia (*Terminalia catappa* L.), palha de bananeira, tecido ou papel para acondicionar os frutos. Em ambos os procedimentos, os frutos ficam “encapotados” de 1 a 2 dias e, quando já estão adequados para o consumo, são vendidos ao “atravessador”. Depois, os recipientes são trazidos de volta para casa.

As sergipanas demonstraram interesse em adotar a utilização dos paneiros como forma de agregar valor à produção após a sua demonstração. Na venda in natura, a diferenciação está tanto no trabalho, quanto nas possibilidades de comercialização. As mulheres de Maracanã incorporam mais valor ao produto, porque produzem artesanalmente os paneiros para acondicionar os frutos, mas vendem predominantemente aos “marreteiros” ou diretamente na feira. Apenas quem tem energia elétrica disponível retira a polpa e a armazena no “freezer” para vender sob encomenda na cidade. Quem não tem, vende no paneiro mesmo. Já as de Sergipe vendem nas feiras, aos “atravessadores”, nas margens da estrada, às próprias catadoras que fabricam derivados da mangaba e aos mercados institucionais. A diversidade

de canais de comercialização em Sergipe foi objeto de grande interesse para as paraenses, assim como o processo de beneficiamento dos frutos em doces, bolos, balas, trufas, licor, etc. A participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a venda dos produtos derivados da mangaba e a recente participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – com apoio do nutricionista da prefeitura do Município de Indiaroba – têm influenciado a qualidade de vida e o reconhecimento social das sergipanas. Em contraste, no referido estado, as catadoras de mangaba têm menos acesso às plantas.

Perguntas quanto ao funcionamento dos grupos produtivos, à venda dos produtos e ao processamento foram feitas pelas agroextrativistas do Pará, cujo interesse central estava nas receitas e na participação em mercados institucionais. Como parte do debate, as catadoras ressaltaram as dificuldades atuais encontradas em Sergipe, comparando o tempo passado de acesso livre às plantas e o atual, quando há o reconhecimento delas, e, em decorrência disso, maior rivalidade com os proprietários. “A gente antes pegava onde tinha, mas hoje eles estão vendo o sucesso [dos doces] e não querem mais dar. Tem que comprar [os frutos]. Os sítios que eram abertos estão todos cercadinhos... Se tivesse uma área grátis, então seria diferente”. “Naquele tempo não era roubada, nem comprada, era apanhada [sic] por todos”. “Depois venderam [os proprietários] os terrenos e [as catadoras] começaram a ‘pegar carreira’”, quando adentram os estabelecimentos sem permissão. A presidente da Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba (Ascamai) complementou o relato detalhando a mudança na qualidade de vida das catadoras, que, no passado, vivenciavam uma situação de enorme vulnerabilidade, pois elas dependiam somente da venda da mangaba nas feiras municipais. Os preços baixos causavam revolta e dificultavam a aquisição do necessário ao sustento. Nos últimos anos, a situação mudou completamente, tanto pelo acesso a programas de políticas públicas, quanto pelo processamento do fruto.

Organização política e produtiva

As mulheres citadas têm trajetórias políticas bem diferenciadas. As agroextrativistas do Pará acumulam experiências de organização

sob incentivo da igreja e do sindicato e são habituadas a participar de encontros. As de Sergipe relataram que a organização teve início com os trabalhos de um grupo de pesquisadores da Embrapa e instituições parceiras, embora a atividade de coleta existisse desde sempre. As mulheres não se identificavam coletivamente e não tinham reconhecida sua importância pelo público consumidor das frutas. Então, uma das consequências da interação com os pesquisadores consistiu na valorização do próprio trabalho extrativo que realizavam e no início de ações coletivas, em um quadro anteriormente marcado pela atuação individual.

Foram organizados dois encontros estaduais (MOTA et al., 2011a, 2011b), nos quais elas puderam ver quantas mulheres viviam da mesma atividade e quais as dificuldades com que se defrontavam. Incentivadas por atores externos, as catadoras se organizaram no Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM), em 2007, e começaram a trocar informações entre si. Por intermédio da Universidade Federal de Sergipe (UFS), participam de um projeto financiado pela Petrobras, que incentivou grupos produtivos e a fundação de associações e de uma cooperativa em torno do beneficiamento do fruto. Para as mulheres do Pará, foi surpreendente que tantas conquistas não tenham como resultado o acesso aos recursos naturais. Comparativamente, as mulheres participantes do intercâmbio têm trajetórias de mobilização bem diferenciadas, mais duradouras no Pará e mais recentes em Sergipe. Entretanto, em nenhum dos estados, o acesso aos recursos naturais está garantido.

Considerações finais

As conclusões apontam que os estranhamentos e as familiaridades são ressaltados em razão dos seguintes fatores: diferentes ecossistemas (amazônico e costeiro), modos de acesso aos recursos (predominantemente livres no Pará e privado em Sergipe), práticas e usos para lidar com os frutos e consumi-los (diversidade dos subprodutos e valorização das mangabas de “queda” em Sergipe; sofisticação das embalagens artesanais e preferência pelos frutos “de vez” em decorrência das

dificuldades de escoamento e armazenamento da polpa no Pará). Para além do extrativismo, em seus discursos e comportamentos as mulheres acionaram outros conteúdos para expressar as suas diferenças, particularmente quanto ao estado a que pertenciam, aos modos de organização política e à cultura manifesta nos hábitos alimentares, na moradia, no vestuário e no lazer.

Interessante observar o apreço de todas elas pela comparação e identificação de diferenças, provavelmente no intuito de aproximação e distanciamento com o outro. Tema frequente foi a diferença quanto ao acesso aos recursos, ao processamento e ao preço dos frutos. No Pará, o acesso é predominantemente livre, os frutos estão disponíveis, mas não há processamento (apenas algumas iniciativas isoladas de processamento da polpa). Em Sergipe, o acesso é limitado, mas há uma diversidade de produtos sendo feitos e comercializados.

Do ponto de vista da conservação *in situ* das mangabeiras nativas, observou-se que, no Pará, pelo fato de as plantas estarem na zona de amortecimento da Resex Maracanã, a situação ainda não era crítica, embora ainda inspire cuidados, razão pela qual as agroextrativistas do Pará vêm lutando para a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Por sua vez, em Sergipe, os remanescentes vêm sendo devastados pela especulação imobiliária, pelo cultivo de cana-de-açúcar e eucalipto e pela carcinicultura, refletindo diretamente na perda de diversidade biológica e no acesso das catadoras aos recursos. Algumas dessas áreas naturais também são objeto de luta das agroextrativistas sergipanas para inclusão em uma Resex, ainda não homologada pelo Ministério do Meio Ambiente.

As autodesignações relacionadas ao imbricamento dos diferentes domínios da vida social (trabalho, cultura, religião, etc.) se destacam como evidências de um modo de vida que, não obstante as particularidades, guardam elementos comuns, reconhecidamente pertinentes a um *ethos* camponês.

Para finalizar, conclui-se que a condição de agroextrativistas, compartilhada pelas mulheres de ambos os estados, as aproxima e permite, a partir de percepções quanto ao outro, gerar estranhamento ou

familiaridade, refletir sobre as próprias práticas, ressignificá-las e mesmo ampliar o repertório de saberes mobilizado para fazer frente aos desafios que lhes são colocados enquanto grupos culturalmente diferenciados e socialmente vulneráveis.

Como afirmado na introdução, o intercâmbio foi uma das ações dos projetos que estão em desenvolvimento nos territórios indicados. Por seu caráter de troca de ideias e experiências, além da socialização, os intercâmbios são de fácil replicabilidade e comportam diferentes propósitos (políticos, técnicos, associativos, etc.). Ressaltamos que o registro cuidadoso dessas ações é indispensável.

Em se tratando de subsídio às políticas públicas, os dados e análises originários dos projetos contribuíram para: a) a elaboração da justificativa para a demarcação da Resex no litoral sul sergipano (ora em processo); b) a atualização de preços dos frutos da mangaba no PAA; c) a elaboração e promulgação da Lei nº 7.082, de 16 de dezembro de 2010, que reconhece as catadoras de mangaba como um grupo culturalmente diferenciado, estabelecendo o autorreconhecimento como critério do direito; d) a reafirmação da importância do PAA pela disponibilização de dados quanto à melhoria de vida (MOTA et al., 2014); e) o mapeamento do extrativismo e das áreas de conflito (VIEIRA et al., 2009); e f) a melhoria de estatísticas da produção extrativista, às vezes inexistentes nos dados oficiais (SCHMITZ et al., 2011).

Por último, afirmamos que dados sistematizados e análises calcados no cotidiano das mulheres agroextrativistas são de grande importância para subsidiar ações públicas que reforcem as suas práticas, habitualmente pouco conhecidas, e ausentes das estatísticas oficiais em decorrência da particularidade dos seus modos de vida sem acesso estável aos recursos.

Referências

BIANCO, B. F. Prefácio. In: ZHOURI, A. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, DF: ABA, 2012. p. 7-10.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Conflito e consenso pelo acesso aos recursos naturais no extrativismo da mangaba. **Antropolítica**, n. 31, p. 123-146, 2011a.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, T. C. V. de. As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 3, p. 241-262, jul./set. 2014.

MOTA, D. M.; SILVA JUNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; BRITO, J. V. S. As senhoras da mangaba. In: MOTA, D. M.; SILVA JUNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. A. (Ed.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011b. p. 105-137.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JUNIOR, J. F. da. Mangabeiras cercadas e soltas: formas de acesso, coleta e gestão das plantas. In: MOTA, D. M.; SILVA JUNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. A. (Ed.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 171-202.

VIEIRA, D. L. M.; RODRIGUES, R. F. de A.; PEREIRA, E. O.; AMARAL, C. de S.; MORAES, A. da C.; LESSA, C. M.; SANTOS, J. V. dos; PEREIRA, C.; BARRETTO, C.; OLIVEIRA, P. C. U. de. **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: ameaças e demandas**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009. 33 p.